

LEI DE UTILIZAÇÃO DE SÍMBOLOS NACIONAIS

Lei nº 27/VII/2008

de 21 de Abril

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 174º a Constituição, o seguinte:

Secção I

Disposições Gerais

Artigo 1º

(Definições)

Para efeitos da presente Lei, a expressão:

- a) “Bandeira” significa “Bandeira Nacional”;
- b) “Hino” significa “Hino Nacional”;
- c) “Constituição” significa “Constituição da República”.

Artigo 2º

(Objecto)

A presente Lei estabelece as regras que devem reger a utilização dos símbolos nacionais, incluindo as relativas ao respeito pelos mesmos, bem como o seu conhecimento, significado e interpretação.

Artigo 3º

(Âmbito de aplicação)

A presente Lei aplica-se a todos os símbolos nacionais e a todo território nacional e ainda às representações diplomáticas e consulares do País no exterior.

Secção II

Dos Símbolos Nacionais

Subsecção I

Das Disposições Gerais

Artigo 4º

(Símbolos Nacionais)

São símbolos nacionais, nos termos da Constituição:

- a) A Bandeira;
- b) O Hino;
- c) As Armas Nacionais.

Artigo 5º

(Significado dos Símbolos Nacionais)

1. A Bandeira, o Hino e as Armas Nacionais, como símbolos da República e da Soberania Nacional, representam a independência, a unidade e a integridade do País, devendo ser respeitados por todos, sob pena de sujeição à cominação prevista na lei.
2. Consideram-se padrões dos símbolos nacionais os modelos que respeitam as regras básicas e específicas estabelecidas na presente Lei.

Artigo 6º

(Postura perante os Símbolos Nacionais)

Nas cerimônias de hastear e arriar da Bandeira ou nas ocasiões em que ela se apresenta em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino, todos devem ter uma atitude de respeito, mantendo-se de pé e em silêncio, devendo os militares ou paramilitares, quando fardados, manter-se em continência segundo o regulamento das respectivas corporações.

Artigo 7º

(Ensino dos Símbolos Nacionais)

É obrigatório o ensino, em todos os estabelecimentos do Ensino Básico Integrado, do:

- a) Desenho e significado da Bandeira;
- b) Canto e interpretação da letra do Hino;
- c) Significado das Armas.

Subsecção II

Da Bandeira

Artigo 8º

(Descrição)

A Bandeira é constituída por cinco rectângulos dispostos no sentido do comprimento e sobrepostos:

- a) Os rectângulos superior e inferior são de cor azul, ocupando o superior uma superfície igual a metade da Bandeira e o inferior um quarto;
- b) Separando os dois rectângulos azuis, existem três faixas, cada uma com a superfície igual a um duodécimo da área da Bandeira;
- c) As faixas adjacentes aos rectângulos azuis são de cor branca e a que fica entre estas é de cor vermelha;
- d) Sobre os cinco rectângulos, dez estrelas amarelas de cinco pontas, com o vértice superior na posição dos noventa graus, definem um círculo cujo centro se situa na intersecção da mediana do segundo quarto vertical a contar da esquerda com a mediana do segundo quarto horizontal a contar do bordo inferior. A estrela mais próxima deste bordo está inscrita numa circunferência invisível cujo centro fica sobre a mediana da faixa azul inferior.

Artigo 9º

(Confecção)

A Bandeira poderá ser confeccionada em diferentes tamanhos, mas deverá sempre respeitar os padrões oficiais estabelecidos na lei.

Artigo 10º

(Apresentação e acondicionamento)

1. A Bandeira, no seu uso, deverá ser apresentada em bom estado de conservação de modo a preservar a dignidade que lhe é devida.

2. A Bandeira, quando não estiver em uso, deve ser guardada e tratada com dignidade.

Artigo 11º

(Uso da Bandeira)

A Bandeira pode ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico, de carácter oficial ou particular.

Artigo 12º

(Lugar de honra)

1. A Bandeira, em todas as representações no território nacional, ocupa lugar de honra, cuja posição se indica no cerimonial do País.

2. Nenhuma bandeira de outro Estado pode ser usada no País em actos oficiais sem que esteja ao seu lado, ocupando lugar de destaque e de igual tamanho, a Bandeira, salvo nas representações diplomáticas ou consulares existentes no País.

Artigo 13º

(Desrespeito à Bandeira)

1. São proibidas as manifestações de desrespeito à Bandeira.

2. São manifestações de desrespeito à Bandeira:

- a) A sua apresentação em mau estado de conservação;
- b) Mudar-lhe a forma, as cores, as proporções, o dístico ou acrescentar-lhe inscrições.

Subsecção III

Do Hino

Artigo 14º

(Letra e música)

O Hino é o “Cântico da Liberdade”, cuja letra e música vêm devidamente publicadas em anexo à Constituição da Republica e que se reproduz em anexo à presente Lei.

Artigo 15º

(Arranjos artísticos)

É vedada a execução de quaisquer arranjos vocais ou artísticos instrumentais do Hino que violem a respectiva pauta.

Subsecção IV

Das Armas Nacionais

Artigo 16º

(Descrição)

As Armas Nacionais reflectem uma composição radial que apresenta, do centro para a periferia, os seguintes elementos:

- a) Um triângulo equilátero de cor azul sobre o qual se inscreve um facho de cor branca;
- b) Uma circunferência limitando um espaço no qual se inscreve, a partir do ângulo esquerdo e até o direito do triângulo, as palavras “REPÚBLICA DE CABO VERDE”;
- c) Três segmentos de recta de cor azul paralelos à base do triângulo, limitados pela primeira circunferência;
- d) Uma segunda circunferência;
- e) Um prumo de cor amarela, alinhado com o vértice do triângulo equilátero, sobreposto às duas circunferências na sua parte superior;
- f) Três elos de cor amarela, ocupando a base da composição, seguidos de duas palmas de cor verde e dez estrelas de cinco pontas de cor amarela dispostas simetricamente em dois grupos de cinco.

Secção III

Das Cores Nacionais

Artigo 17º

(Cores Nacionais)

Consideram-se cores nacionais, o azul, o branco, o vermelho e o amarelo.

Secção IV

Da Punição pelo Desrespeito

Artigo 18º

(Punição)

O desrespeito pelos Símbolos Nacionais é punido nos termos da lei.

Secção V

Disposições Finais

Artigo 19º

(Regras sobre o uso dos símbolos)

A Lei do Cerimonial do Estado estabelecerá as regras que devem reger o uso, a conservação, respeito e a precedência dos símbolos nacionais.

Artigo 20º

(Revogação)

Ficam revogadas quaisquer normas ou disposições contrárias à presente Lei.

Artigo 21º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação.